



Sumário

| | |
|--|-----------|
| Apresentação da Coleção | 7 |
| Prefácio | 9 |
| Apresentação | 13 |
| Capítulo 1 ■ Justiça de Família e Serviço Social: histórico da área e particularidades do exercício profissional do assistente social.. | 19 |
| 1.1 Implantação da profissão na Justiça de Família: perspectivas teórico-metodológicas dos estudos/perícias sociais..... | 22 |
| 1.2 O objeto profissional do Serviço Social: da situação-problema às expressões da questão social | 28 |
| 1.3 Atribuições profissionais: o fio da navalha entre demandas institucionais e projeto profissional | 32 |
| 1.3.1 Serviço Social e mediação de conflitos..... | 34 |
| 1.3.2 Visita assistida entre pais e filhos | 38 |
| 1.3.3 Oficinas de parentalidade..... | 41 |
| 1.3.4 A participação do assistente social em audiência judicial: a prova técnica simplificada e o depoimento especial | 43 |

| | |
|---|------------|
| Capítulo 2 ■ Desafios profissionais na elaboração de estudo/ | |
| perícia social e de seus registros e na relação entre perito/ | |
| assistente técnico na Justiça de Família | 49 |
| 2.1 O estudo/perícia social na Justiça de Família..... | 50 |
| 2.2 A atuação do perito social e do assistente técnico..... | 56 |
| Capítulo 3 ■ Famílias: uma abordagem social | 65 |
| 3.1 Contextualização social: aspectos preponderantes para a | |
| análise social de famílias | 69 |
| 3.2 Relações de gênero e de gerações e questões étnicas: eixos | |
| de análise de famílias..... | 77 |
| 3.3 A propósito de uma conceituação de famílias, de | |
| socialização e de sociabilidade, do ponto de vista social | 81 |
| Capítulo 4 ■ A pluralidade de configurações familiares e os | |
| desafios relativos à parentalidade | 89 |
| 4.1 Configurações familiares e seus modos de expressão..... | 94 |
| 4.2 Parentalidade: desafios frente a questões contemporâneas.. | 101 |
| Capítulo 5 ■ Dimensão social dos litígios de Varas de Família: | |
| demandas e especificidades na atuação do assistente social | 109 |
| 5.1 Alienação parental: a construção de entendimentos no | |
| Serviço Social | 111 |
| 5.2 Guarda compartilhada: apreensões do ponto de vista do | |
| Serviço Social | 116 |
| 5.3 Da conjugalidade à parentalidade: desvelando questões no | |
| âmbito do Serviço Social | 120 |
| Notas finais: construindo trilhas..... | 129 |
| Leituras afins..... | 133 |
| Referências | 135 |



Apresentação da Coleção

A **Coleção Temas Sociojurídicos** se conforma na produção de um conjunto de obras articuladas que abordam diferentes temáticas inscritas na particularidade dos espaços sócio-ocupacionais, que o Serviço Social convencionou chamar de área sociojurídica, que reflete o trabalho profissional desenvolvido diretamente ou em interface com o Sistema de Justiça. Esse Sistema, no geral, é composto por instituições como o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Sistema das Medidas de Proteção, Sistema de Execução das Medidas Socioeducativas, Sistema de Segurança Pública, Sistema Prisional e as redes de defesa, promoção e proteção do Sistema de Garantias de Direitos.

Almeja-se, a partir de produções individuais ou coletivas, descortinar as relações sociais de violência, de preconceito, de criminalização das expressões da questão social e as práticas conservadoras-higienistas produzidas pelas instituições do Sociojurídico, alinhadas ao arcabouço penal do Estado capitalista contemporâneo. Nessa direção, perscrutam-se fundamentos críticos, estratégias de resistência, sintonizadas com as lutas sociais e práticas pedagógicas emancipadoras que se coadunam com a liberdade, com a defesa dos direitos humanos e com o combate à desigualdade. Para tanto, propõe-se a dialética articulação teórico-prática, capaz de prospectar e repropor processos sociais cotidianos na práxis profissional.

O momento em que a Coleção é lançada é dramático. Avançam as reformas que elevam ao máximo os pressupostos liberais, ou seja, reduzem o alcance do incipiente Estado social brasileiro, alimentam o ódio em diversas dimensões da vida social, estimulando linchamentos morais e sociais, a exacerbação da prisão como medida de controle social e a intolerância para com a diferença. Nessa contextura, esta Coleção, na ótica da educação permanente, nasce para dialogar com a demanda crescente de profissionais e estudantes que atuam no Sociojurídico e buscam subsídios para compreender tais movimentos.

Espera-se que a aproximação com as obras que compõem a Coleção favoreça, entre autores e leitores, o compromisso com os sujeitos de direito que transitam entre essas instituições e estimule processos coletivos de resistência, exigibilidade e materialização de direitos.

Entre São Paulo e Porto Alegre.

Maria Lidúna de Oliveira e Silva
Silvia Tejedás



Prefácio

Pensar o Serviço Social na Justiça de Família, eis a proposta deste livro. Mas, afinal, o que é Justiça de Família e o que esse espaço do Judiciário demanda do Serviço Social? Qual o objeto de investigação da profissão e qual a finalidade do seu trabalho? Quais conhecimentos o assistente social necessita dominar para aí atuar com competência técnica e ética? O relatório ou laudo social que elabora constitui ou não prova para responsabilizações? Poderia prosseguir com muitas outras questões que a temática suscita, mas o que importa dizer é que as autoras deste livro ousaram enfrentar muitas delas, sem pretensões de responder a todas, mas com a coragem e o propósito de compartilhar conhecimentos que vêm acumulando como assistentes sociais do Judiciário e como docentes e pesquisadoras de vários eixos da temática central deste estudo inédito.

Assim, este livro nos brinda com conteúdo fundamental para o desvelamento da realidade social e do trabalho dos assistentes sociais no espaço sócio-ocupacional da Justiça de Família. Uma realidade de trabalho que carece de produções de conhecimento, e sobre a qual, nas palavras das autoras, tem predominado um “silêncio teórico”, mesmo após décadas da presença do Serviço Social enquanto profissão demandada a dar suporte a decisões judiciais em ações que envolvem famílias. Por isso, são oportunas as reflexões em busca de respostas sobre por que o trabalho do assistente social

nesse espaço continua permeado por dúvidas relativas ao que particulariza o objeto de investigação da profissão e quais são os objetivos profissionais nas questões trazidas pelas famílias. Portanto, em ações decisórias e impositivas pelo Estado sobre relações entre mães, pais, filhos, outros familiares — no interior de processos de intensificação da judicialização de conflitos familiares.

As autoras não têm o propósito de oferecer receitas para fazer frente aos questionamentos que perpassam o exercício profissional nesse espaço, mas trazem insumos que podem iluminar esse cotidiano de trabalho, na medida em que ousam enfrentar esse desafio. O que exige, conforme pontuam, localizar “mediações que revelem dimensões sociais, econômicas e culturais presentes nas realidades sociais” que compete aos assistentes sociais investigarem teoricamente e, muitas vezes, em face de “divergência com objetivos da instituição judiciária”.

Com objetividade, e tendo por guia princípios éticos e referenciais teórico-metodológicos alinhados à perspectiva histórico-crítica da profissão, o texto leva o leitor a caminhar pelos meandros de importantes debates e produções sobre famílias na contemporaneidade e sobre como o espaço público do Estado/Judiciário, apoiado na positividade da lei, vem se fazendo cada vez mais presente na vida familiar privada. Nesse caminho, traz indicativos e questionamentos sobre o que compete e o que faz o assistente social no cotidiano da Justiça de Família. E as autoras o fazem coerentemente, com apoio em literatura científica, em legislações e normativas, em informações empíricas e na experiência de trabalho e de pesquisa que ambas acumulam, sempre demarcando sintonia com a defesa intransigente dos direitos humanos.

O conteúdo dos vários capítulos instiga o debate sobre a temática em foco e suscita indagações que podem fomentar a produção de novos conhecimentos. Logo no primeiro capítulo, a análise histórica e as reflexões em torno “da situação-problema às expressões da questão social” enquanto objeto do Serviço Social em diferentes momentos e projetos da profissão, toca em ponto-chave reclamado por parcela dos assistentes sociais que atuam na área: afinal, como identificar as expressões da questão social particularizadas na realidade das famílias sujeitos dos autos processuais, muitas vezes “veladas pela subjetividade decorrente do conflito relacional-legal”? Com

apoio em estudiosos do Serviço Social, as autoras sinalizam aportes com vistas a ultrapassar o imediato que demanda a ação judicial/institucional — pela identificação, na realidade social, das dimensões da singularidade, da universalidade, e da particularidade, em sintonia com os fundamentos do Serviço Social e as atribuições e competências profissionais.

Na continuidade, enveredam pelo debate sobre a “elaboração de estudo/perícia social e de seus registros”, sem perder de vista a reflexão anterior sobre as expressões da questão social enquanto objeto do Serviço Social e, dentre outras, levantando questões, com bases éticas, sobre o que está em jogo em descrições e análises expostas em relatórios ou laudos sociais. Assim, falam da inerente dimensão técnico-operativa da profissão, mas não isoladamente e sim em sintonia com fundamentos teórico-metodológicos e éticos, notadamente relativos à “contribuição do Serviço Social para definições judiciais que respeitem direitos”, dentre os quais o direito à convivência familiar e à convivência social, que podem ser perpassadas por “interações multiculturais, geracionais, territoriais, religiosas e raciais”, assim como por “desigualdades socioeconômicas e de gênero”.

No conjunto de aspectos e dimensões que permeiam o trabalho do assistente social nesse espaço, o texto explora valorosos e férteis insumos teóricos relativos às transformações socioculturais que rebatem nos valores e modos de ser das famílias na contemporaneidade, os quais necessitam ser apropriados pelos profissionais com vistas a assegurar qualidade às análises, refutando opiniões apoiadas em preconceitos que perpassam o senso comum, risco muitas vezes presente no trabalho cotidiano com famílias. Para tal, destaca a necessária contextualização social da situação vivida, buscando desvelar como os sujeitos daquela família singularizam questões e determinantes sociais do momento histórico, as “relações intergeracionais e de gênero”, as “questões étnicas, as determinações advindas da localização socioespacial”, assim como a “relação entre espaço privado e público” — enquanto aspectos que impactam as relações conjugais e parentais. Nesse debate, destaca ainda fundamentos acerca de socialização (como “espaço primário de aprendizado de valores”) e sociabilidade (como “desenvolvimento do modo de interagir socialmente”), numa rica e fecunda análise “do ponto de vista social”, conforme as reiteradas afirmações das autoras.

No adensamento das reflexões sobre transformações socioculturais que incidem nas famílias, seguem analisando suas diferentes configurações e os desafios da parentalidade, instigando reflexões a respeito de posicionamentos profissionais frente e sobre a realidade das situações familiares postas no cotidiano desse trabalho. Num tempo em que a sociedade vivencia e reconhece direitos relacionados a amplas diversidades de configurações e relações familiares e, simultaneamente, vê avançar retrocessos conservadores em relação a avanços democráticos e civilizatórios, não raras vezes expressos por meio de rejeição e violência contra o outro considerado “diferente”, as autoras chamam a atenção para a imperiosa necessidade de o assistente social munir-se de conhecimentos e consequente capacidade argumentativa para a atuação que siga a direção social da profissão comprometida com a defesa de direitos.

Continuando as aproximações sucessivas à temática, oferecem mais subsídios que podem iluminar o complexo e denso debate que envolve esse trabalho, com destaque para os temas da alienação parental e da guarda compartilhada, e a possibilidade do fortalecimento de equidade na relação parental “com o acesso de indivíduos e famílias a políticas públicas que lhes deem suporte no cuidado e proteção dos filhos”.

A leitura deste texto de Dalva Azevedo de Gois e Rita C. S. Oliveira se faz obrigatório para profissionais do Serviço Social, mas não só. Seu conteúdo apresenta insumos fundamentais para outras áreas, dentre elas a Psicologia e o Direito, na medida em que a interlocução entre diversos saberes contribui para a efetiva distribuição da justiça. O que requer apostar e investir na horizontalidade das relações profissionais no espaço sócio-ocupacional do Judiciário e afins, tendo como horizonte a perspectiva de proteger e assegurar direitos humanos, neste caso, particularmente aos sujeitos envolvidos em ações que tramitam na Justiça de Família.

Eunice Fávero¹

1. Assistente social aposentada do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP). Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Docente na graduação e pós-graduação. Pesquisadora sobre o Serviço Social na Área Sociojurídica.



Apresentação

Pensar o Serviço Social em sua atuação na Justiça de Família emergiu como necessidade em decorrência do pouco acúmulo de produção específica nessa área. Essa atuação se dá majoritariamente num cenário de relações familiares conflitivas, advindas da separação conjugal, em que predominam as disputas de guarda de filhos e os pedidos de limitação, proibição ou ampliação do seu convívio com aquele que não tem a guarda.

As demandas dessa área, fortemente demarcadas pelos conflitos relacionais familiares e pelo litígio judicial, convocam o assistente social a permanecer nessas dimensões, colocando em risco as mediações com as determinações socioeconômicas e culturais que constituem o objeto profissional.

As famílias que recorrem à Justiça de Família apresentam demandas que expressam a questão social, ainda que sua realidade social, em especial do ponto de vista socioeconômico, por vezes, se diferencie daquelas que se tornam usuárias da Justiça da Infância e Juventude. Nesse sentido, as mudanças socioculturais, em parte impulsionadas pelo processo de globalização, e as tensões advindas de um modo de produção capitalista, que prima pela competição e pela acentuada desigualdade entre indivíduos e camadas sociais, são fatores constitutivos dessas expressões.

Embora seja amplamente conhecido, não é demais registrar que, no Brasil, a Justiça de Família está localizada numa sociedade atravessada por grave desigualdade social e pelo restrito acesso a direitos sociais por significativa parcela da população. É operacionalizada numa instituição, a Judiciária, na qual a hierarquia e o poder de uns sobre outros são aspectos preponderantes. Além disso, a legislação que orienta as decisões judiciais é passível de diferentes interpretações, o que pode ser interessante, desde que essas interpretações contemplem rigorosa contextualização em seus vários âmbitos, incluindo o social.

No que se refere à legislação, as constantes mudanças e alterações nessa área expressam a dinâmica da sociedade contemporânea na luta pela defesa de seus direitos. Esse movimento em prol da aprovação de novas leis ou de modificação das existentes aponta ou reflete diferentes direções, de modo que essas normativas legais orientam/determinam medidas judiciais, mas, por vezes, abrem espaço para o acirramento de conflitos pós-separação conjugal, entre outros, que acabam por resultar em litígio processual.

De fato, muitas e múltiplas são as lides judiciais que demandam a realização de estudo/perícia social, de modo que o trabalho nessa área se amplia quantitativamente e ganha contornos mais complexos, exigindo mais da competência do assistente social. A esse profissional, entre tantas outras exigências, cabe capturar as transformações sociais que incidem sobre as famílias e seus modos de ser pai ou mãe, identificar aspectos que desencadeiam o esgarçamento dos laços familiares e fomentam a abertura de processos judiciais, além de pensar novas formas de abordagem.

Nessa direção, entendemos famílias como espaços que sintetizam relações contraditórias, conflitivas e complexas, ou seja, representam um reflexo de transformações históricas, socioeconômicas e culturais. Consideramos ainda que a intervenção da esfera pública na família deve levar em conta a correlação entre a necessidade de aprofundamento do conhecimento da realidade social vivenciada por essas famílias e seu direito à privacidade, em articulação com a proteção de direitos e não com a perspectiva punitiva. Ocorre, porém, que esse entendimento colide com a lógica binária dos

processos judiciais e a busca pela “verdade” na perspectiva culpabilizante e inquisitorial, típicas dos processos judiciais na Justiça de Família.

Frente a esse cenário antagonico entre a demanda institucional e a identidade profissional, pretendemos com esta publicação contribuir para o debate de temas preponderantes da atuação do assistente social na Justiça de Família, destacando tanto questões contemporâneas de famílias quanto desafios do exercício profissional para abordar as demandas presentes nos conflitos judiciais. Nessa abordagem, consideramos os fatores que determinam os litígios e temos como referência a perspectiva teórico-crítica, o projeto ético-político do Serviço Social e o diálogo com a atuação profissional.

Nesse sentido, elaboramos um texto que privilegia a interlocução com assistentes sociais cujo exercício profissional esteja diretamente associado a esse espaço sócio-ocupacional, com vistas a fomentar o debate a partir da experiência profissional e seus tensionamentos, da reflexão e sistematização dos debates realizados nos espaços coletivos da área e em publicações esparsas sobre temas correlatos. Priorizamos, nesta obra, produções teóricas e regulamentações do Judiciário paulista devido ao pioneirismo de algumas delas e, também, por ser esse o nosso espaço de exercício profissional, de estudos e de realização de pesquisas.

Isto posto, para cumprir o objetivo deste livro, nós o organizamos em cinco capítulos, além das notas finais e das referências. Cada capítulo aborda temas específicos, os quais, evidentemente, estão imbricados. Contudo, para fins de clareza e aprofundamento, é necessário abordá-los em suas particularidades.

Desse modo, o capítulo I privilegia a abordagem da implantação do Serviço Social na Justiça de Família, as atribuições profissionais e os posicionamentos do coletivo profissional, demarcando o tensionamento entre algumas demandas institucionais e o projeto profissional. Nesse capítulo, evidencia-se o desafio de um exercício profissional que requer superar o legado histórico da abordagem individual e desvelar as expressões da questão social nas demandas que, no imediato, se revelam pela ênfase no conflito judicial e no relacional.

A especificidade de estudos/perícias sociais e seus registros na atuação em processos relativos à guarda de filhos, entre outros, além da instigante e ainda incipiente discussão sobre a atuação do assistente social como perito social e de sua relação com assistente técnico na construção de estudos/perícias sociais e sua documentação são o foco do segundo capítulo.

Os capítulos III e IV, por sua vez, condensam subsídios para o debate de famílias e parentalidade na contemporaneidade. Destacam-se, neles, a historicidade, a localização social e outros aspectos relativos à contextualização social da temática, as diferentes configurações familiares e suas questões étnicas, de gênero e de geração (ilustradas com base na análise de aspectos do filme “Eu, Tu, Eles”), além dos desafios da parentalidade, em especial, ao que se refere às atribuições pró-convivência e proteção sociais. Também faz parte desses dois capítulos uma discussão sobre socialização e sociabilidade e uma proposta de conceituação de famílias do ponto de vista social.

No quinto capítulo, são discutidas as particularidades sociais da alienação parental e da guarda compartilhada. Para ilustrar como as questões até então discutidas se expressam nos processos judiciais, apresentamos uma situação empírica que tem como foco a solicitação paterna de guarda compartilhada e a referência à suposta alienação parental por parte da mãe, expondo, também, possibilidades de análise social dessa situação.

Já as notas finais apresentam pontos considerados norteadores da mentalidade que orientou a elaboração desta obra. Nelas, também constam questões que nos parecem cruciais ao Serviço Social na Justiça de Família, além do desafio dos assistentes sociais para avançar na realização de estudos/perícias sociais que contemplem criticidade na análise da realidade social.

As referências privilegiam autores e autoras¹ da área social. Salientamos por oportuno que a significativa quantidade de referências retrata nosso

1. Também queremos fazer referência à marcação de gênero social neste livro. Compartilhamos o entendimento quanto à importância de indicar os dois gêneros (masculino e feminino) no texto. Porém, por força da dificuldade que seria materializar esse intento em um livro inteiro, preferimos seguir o padrão da língua formal.

esforço de oferecer aos leitores opções literárias para fundamentação de suas análises nos vários temas abordados nesta obra.

Por último, queremos frisar a necessidade imposta ao Serviço Social de constantes estudos e pesquisas sobre Justiça de Família, além de espaços coletivos para atualização profissional e para reflexões e definições sobre questões relativas ao cotidiano de trabalho.